CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: REIS

TIPO DA REUNIÃO: GRUPO DE TRABALHO DO PLANO MUNICIPAL

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 26/05/2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Estão presentes os Srs. Vereadores Reis e Toninho Vespoli.

Declaro aberta a segunda reunião do grupo de trabalho para dar início ao aprimoramento do PL 415/12, do Executivo, que aprova o Plano Municipal de Educação da cidade de São Paulo para o decênio de 2011-2020.

Os temas, hoje, são: Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional e Educação Superior.

Agradeço a presença de todos e convido para compor a mesa as Sras.: Fátima Aparecida Antonio, Diretora da DOT, Ensino Fundamental e Médio da Secretaria Municipal de Educação; Sabrina Teixeira, Coordenadora da Universidade Aberta do Brasil, CEU Butantã, representando neste ato a Sra. Joana Vilela Pinto, Secretária Adjunta da Secretaria Municipal de Educação, responsável pela implantação da Universidade Aberta do Brasil na cidade de São Paulo.

Tem a palavra o nobre Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Boa tarde a todos.

Todos estão com este documento? Foi entregue a todos? Separamos as metas de acordo com os eixos que vamos discutir hoje que são: Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional e Ensino Superior.

A metas: 02, assegurar, até 2020, que, no mínimo, 95% da população de 6 a 14 anos conclua o ensino fundamental em 9 anos; 3, universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% na faixa etária acima mencionada; 5, alfabetizar, até 2016, todas as crianças com até 8 anos de idade; 6, oferecer, até 2014, educação de 6 horas diárias de duração na pré-escola, oferecer, até 2014, educação em tempo integral em 50% das escolas de ensino fundamental, oferecer, até 2020, educação em tempo integral em 100% das escolas

de ensino fundamental; 7, Promover a melhoria da qualidade da educação ofertada em todos os níveis e modalidades da educação básica; 10, oferecer, no mínimo, 25% das matrículas da Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à educação profissional, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio e oferecer, até 2018, ensino médio integrado a 100% dos jovens e adultos que desejarem uma profissionalização em nível médio; 11 duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e articulando a formação técnica e profissional com a formação humanística; 12 contribuir com os Governos Federal e Estadual para elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade na oferta; 13, contribuir com os Governos Federal e Estadual para elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para, no mínimo, 75% do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores; 14, contribuir com os Governos Federal e Estadual para elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, com vistas à consecução da meta nacional de titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores; 20, consolidar, até 2016, a educação ambiental como componente essencial e permanente da educação, presente, de maneira articulada, em todos os níveis e modalidades de ensino.

Essas são as metas que estão no plano da Casa e a ideia é que as discutamos, as estratégias e também poderemos discutir novas metas que não estão no PL.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Como vocês puderam verificar a partir da meta 1, o plano municipal é de universalizar, até 2014, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos.

Vamos pedir informações ao Governo porque já estamos em 2014, percebem? Então, precisamos pedir informações ao Governo para saber o que foi atendido até o momento. Qual patamar que estamos hoje atendendo para ver se é questão de já dar como atendido ou se precisa estabelecer um prazo maior para o atendimento da meta.

Estamos em 2014 e por aquilo que está no projeto de lei, de repente, já está ultrapassado ou não se atendeu até o momento e temos de verificar com o Executivo a questão do prazo, se é para ter um prazo maior ou não.

Tem a palavra a Sra. Fátima.

A SRA. FÁTIMA APARECIDA ANTONIO – Boa noite a todos. É um prazer participar desta reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal de São Paulo. Estou representando também o Professor Fernando José de Almeida, mas como diretoria do Ensino Fundamental e Médio, acredito que vamos conversar sobre as metas.

A Secretaria Municipal de Educação tem um programa de reorganização curricular, *Mais Educação São Paulo*, que é de conhecimento de todos. Dentre as metas colocadas no PL, algumas já estão contempladas no nosso programa de reorganização curricular *Mais Educação São Paulo.*

A meta 2: assegurar, até 2020, que, no mínimo, 95% da população de 6 a 14 anos conclua o ensino fundamental em 9 anos. Há no PL uma série de estratégias e vou citar algumas, por exemplo, acomodar a demanda em regime de colaboração com o Estado de São Paulo. Essa é uma prática já realizada. A demanda do ensino fundamental é compartilhada entre Prefeitura e Estado. Neste momento estamos trabalhando com a rede estadual no sentido que a acomodação dessa demanda seja efetivamente partilhada porque sabemos que temos várias escolas do Município com uma concentração maior de alunos do que na rede estadual. Então, há uma série de tratativas que estão sendo feitas para que a gente compartilhe de fato e não só exista esse compartilhamento no papel. Na verdade, no dia a dia, isso fica sempre muito difícil.

Aperfeiçoar os ciclos de aprendizagem – nesse aspecto a Prefeitura de São Paulo com a Secretaria de Educação do Município de São Paulo com o programa *Mais Educação São Paulo,* estabeleceu uma reorganização curricular que reorganiza o ensino de nove anos em três ciclos. O programa *Mais Educação São Paulo* foi aprovado em outubro de 2013 e, a

partir de 2014, estamos trabalhando não só com a reorganização do ensino de nove anos.

A Administração anterior fez a implantação do ensino de nove anos de forma gradativa que coexistiu durante bastante tempo com o ensino de oito anos, ocasionando uma série de distorções na rede.

O ensino de nove anos foi adequado em três ciclos: alfabetização, primeiro, segundo e terceiro ano; ciclo interdisciplinar, quarto, quinto e sexto ano; ciclo autoral, sétimo, oitavo e nono ano. Isso já está sendo discutido e implantado.

Uma série de ações de formação da DOT ensino fundamental e da DOT como um todo estão sendo iniciativas de formação da Secretaria de Educação para a questão dos ciclos e dos ciclos de aprendizagem e, especialmente, características de cada ciclo.

Nesse sentido, acho que a gente já cumpriu essa parte de aperfeiçoar os ciclos de aprendizagem. Aperfeiçoar não significa só organizá-los em três ciclos, mas demanda toda uma série de ações e a principal delas é a ação de formação aos nossos educadores do ensino fundamental especialmente para o trabalho em ciclo, que muda a questão curricular. Nós estamos discutindo com as nossas regiões esse currículo diferenciado através das DOTs. Nós somos organizados em 13 diretorias de ensino e neste momento estamos fazendo um trabalho com elas nesse sentido.

A realização de avaliação externa e posteriores orientações de atuação, para superação das dificuldades, eu queria aproveitar para dizer que esta gestão não fará mais a Prova São Paulo e nem a Prova da Cidade. As nossas provas externas serão apenas as avaliações do SAEB, Sistema de Avaliação da Educação Básica, e nós estamos trabalhando apenas para ficar com a Prova Brasil, com o quinto e nono ano, desculpa, Provinha Brasil para o segundo ano e o ANA para o terceiro ano, não teremos mais, porque mais a frente, em outra meta, aparece a questão da continuidade da Prova São Paulo e da Prova da Cidade, que eram duas avaliações realizadas na Administração anterior.

O Secretário já anunciou e o próprio Prefeito também que não teremos mais essas

duas avaliações que eram feitas pela própria Secretaria Municipal de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Agora é só a Prova Brasil.

R – Prova Brasil para o 5º e 9º; Provinha Brasil para o 2º do Ciclo de Alfabetização e a Prova ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização, para o 3º ano do Ciclo de Alfabetização. Só essas três.

Reduzir as taxas de evasão e reprovação; aprimorar mecanismos de acompanhamento da frequência dos alunos, identificando os motivos de ausência, baixa frequência; criar mecanismos para o acompanhamento individual de cada estudante do Ensino Fundamental; oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos educandos, de estímulo a habilidades, por meio da ampliação do tempo de permanência do aluno na escola.

Dentro dessas três questões, queria destacar duas ações importantes que a Secretaria de Educação vem realizando. A primeira é a adesão ao Programa Mais Educação – MEC, de ampliação ao tempo de jornada, ao tempo de permanência do aluno na escola.

Em 2013, das 544 escolas de ensino fundamental da rede, 241 já aderiram ao programa de ampliação de tempo de jornada dos alunos na escola, e, neste ano, estamos, até o dia 30 de maio, recebendo as novas adesões. A perspectiva é de ampliar.

No Plano de Metas do Governo Haddad, tínhamos como até o 4º de Governo ter 100 mil alunos no Ensino Fundamental. Ou seja, 25 mil por ano entrariam no tempo integral. No primeiro ano, já tivemos 70 mil alunos participando das atividades que, até neste Plano, estão colocadas como contraturno. Estamos evitando esse termo contraturno. Estamos falando em tempo integral. Claro que esses 70 mil alunos de 2013, que já estão no Programa, fazem parte de diferentes atividades no horário estendido, no período além das seis horas e, em 2014, estamos adequando esse horário estendido, exatamente como pede o Programa Mais Educação – MEC. Ou seja, considera-se que o aluno está em tempo integral quando perfaz 35 horas semanais: as 25 horas na aula e mais dez horas com atividades extracurriculares.

Outro sistema que implantamos a partir deste ano, o Sistema de Gestão Pedagógico, muitos estão dizendo a respeito da dificuldade da implantação. Sem dúvida alguma, é um sistema bastante complexo e é nesse sistema que já estamos aprimorando. É uma maneira de registrarmos desde a frequência do aluno, até nota, conceito do aluno. Futuramente, planejamento do professor. O projeto político-pedagógico da escola é uma maneira de se dar transparência aos dados que a escola, hoje, da rede municipal de São

Paulo, realiza. E também isso dá conhecimento à comunidade, aos familiares, do real aproveitamento da aprendizagem das crianças e adolescentes.

Na meta 3, temos a questão de se universalizar até 2016 o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos. Também é de conhecimento de todos que o ensino médio, temos apenas, na rede municipal, oito escolas de ensino médio, que foram criadas na gestão do então Prefeito Paulo Maluf, e não temos intenção, ao longo dos anos, de fazer a ampliação. Por quê? Porque não é de competência do Município assumir o Ensino Médio.

P – Então, essa meta 3 está contradizendo a intenção da Prefeitura. É isso?

NÃO IDENTIFICADA – Exatamente. Está? Não há, até esse momento, nenhuma intenção de ampliação do ensino médio na Prefeitura de São Paulo, na Secretaria Municipal, por não ser uma, de competência da Prefeitura. É competência do Estado. O que não quer dizer que a gente não vai manter essas oito escolas, não vai dar todo o suporte para elas, não dar acompanhamento, formação e tudo mais ao longo dos anos. O curso técnico, por exemplo, no Derville Allegretti manteve-se. Houve, no começo do ano passado, inclusive toda uma questão, dizendo que elas seriam federalizadas, passariam a constar das escolas técnicas federais. Também isso não se concretizou. Não é fato, mas, não há nenhuma intenção de ampliação.

Na meta 5: Alfabetizar, até 2016, todas as crianças com oito anos de idade. Essa meta vem de encontro inclusive ao que a Prefeitura de São Paulo, ou melhor, a Secretaria Municipal de Educação, por meio da Prefeitura, em 2012, no final de 2012, aderiu a um programa do MEC chamado Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Esse pacto prevê que todas as crianças até os oito anos de idade - então, não há uma meta até 2016 - que exatamente coincidem com o final do ciclo de alfabetização, devam estar alfabetizadas. Para isso, a gente aderiu ao programa chamado Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. É um programa que reúne ação de formação em parceria com várias universidades. Nesse momento, por exemplo, em 2013, toda a formação dos professores alfabetizadores foi feita pela Universidade Federal de São Carlos. Em 2014, nós estamos com a Unesp de Marília. Houve uma mudança; e esse conjunto: universidade, Governo Federal, universidade mais os

governos municipais e estaduais, ao aderirem ao pacto, compõem um compromisso com a sociedade, de que, de fato, essas crianças devem estar alfabetizadas, e a elas seja garantido o direito à aprendizagem. A gente está trabalhando com a questão dos direitos de aprendizagem, que também foram formulados pelo Ministério da Educação, com ampla participação das universidades, das escolas e dos professores. Foi ouvida, no Brasil todo, a formulação dos direitos de aprendizagem. Esses direitos de aprendizagem também... Deles surgiram os objetivos de aprendizagem, ou seja, para cada ano do ciclo de alfabetização, nós temos metas, temos objetivos a serem alcançados. Então, esse material, isso nós chamamos cadernos de formação do pacto, trabalham com esses objetivos de aprendizagem por ano.

Então, a formação do professor hoje, na Prefeitura de São Paulo, é ainda por adesão, não é uma formação obrigatória. e aí há todo um esforço da Secretaria Municipal de Educação junto às nossas unidades educacionais, para que os professores façam adesão à formação. São 120 horas de formação ao ano, para que, de fato, os direitos de aprendizagem e os objetivos de aprendizagem possam ser garantidos as nossas crianças até os oito anos, estando ali a meta de as alfabetizarem até os oito anos.

Aqui também se coloca a questão da estruturação do Ensino Fundamental de nove anos. Eu já falei que nós estamos estruturados. Fala-se da aplicação de avaliações periódicas. Cito: Para o ciclo de alfabetização, especialmente a Provinha Brasil, no segundo ano, e o ANA, no terceiro ano. São avaliações do SAEB, que já participamos e vêm participando. Em 2013, a gente também participou do ANA. Ainda não temos os resultados do ANA, formalizados para a nossa Secretaria. A previsão é que, até final de junho, a gente tenha os resultados, para que, a partir deles, a gente também incorpore a análise desses resultados nas ações de formação que estamos fazendo com os nossos professores.

Faço um destaque: O ciclo de alfabetização, as ações de formação para o ciclo de alfabetização não se restringem só ao pacto. Mesmo levando em consideração que há uma ação de formação bastante robusta, do ponto de vista não só da presença da universidade,

mas de materiais que as escolas estão recebendo, jogos e obras literárias que devem ficar com os professores e com os alunos do ciclo de alfabetização, nós, da Secretaria de Educação, também estamos enveredando numa série de ações. Destaco uma delas: a integração da Educação Infantil e Ensino Fundamental, que iniciamos esse ano. As duas diretorias, da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, também vêm organizando ações de formação em conjunto para a gente começar a discutir, de fato, a infância na cidade de São Paulo, que não acaba aos cinco anos. É uma infância, que se eu usar o ECA, vai até os doze. Então, a gente está trabalhando a questão da infância nas nossas ações de formação, Educação Infantil e Ensino Fundamental, uma integração importante. Eu acho que é um marco importante que a gente deve potencializar aí para os próximos meses também.

Aqui também está colocada a meta 6: Oferecer, até 2014, Educação em Tempo Integral, em 50% das escolas de Ensino Fundamental. Essa meta a gente já cumpriu. De novo, abro um destaque em relação à Educação em Tempo Integral. Nós não trabalhamos com a perspectiva de que a criança tem que ficar mais tempo na escola. O que significa educação integral? Esse é o grande conceito que nós temos que trabalhar com as nossas escolas. O que significa educação integral em tempo integral? Estamos percorrendo essa meta aqui, e organizando, em 2014, para que, de fato, a quantidade de crianças, em período integral, seja maior do que ocorreu em 2013.

O SR. ABOU ANNI(?) – Professora, na meta 6, oferecer, até 2014, Educação de seis horas diárias de duração na pré-escola. Isso aí está cumprido?

R – Não em todas as escolas. Na Educação Infantil , há seis horas diárias na pré-escola. Então, a Educação Infantil tem outro caminho.

P – A pré-escola seria EMEI?

R – EMEI.

P – EMEI.

R – Crianças de quatro e cinco anos.

P – Quatro e cinco anos.

R – Quatro e cinco anos. Ensino fundamental é dos seis anos...

P – Então, isso está resolvido?

R – Não completamente, não completamente, porque ainda há escolas que não conseguem as seis horas.

P – E oferecer, até 2014, Educação em Tempo Integral em 50% nas escolas de ensino fundamental. Isso está atendido?

R – Não está totalmente atendido.

P – Quantos por cento nós teríamos hoje?

R – Eu estou com 241 escolas de 544, 1/3. Já havia, até a gestão passada, um programa chamado Ampliar. Ele ampliava o tempo de permanência dos alunos do Ensino Fundamental na escola, porém não de forma a garantir que o mesmo aluno ficasse dez horas a mais durante a semana. O aluno podia se inscrever em duas oficinas, em três ou quatro. O que nós estamos fazendo, em 2014, com adesão ao programa Mais Educação MEC, é com que os alunos que estavam em duas ou três oficinas, que não perfaziam dez horas, sejam colocados em dez horas. Então, seria o sétimo horário. Ele fica seis horas. Então, ficaria mais uma hora, durante a semana; e não um fica duas, outro fica três, o mesmo aluno ficar dez horas a mais, as 25 horas na escola, no horário regular de aulas e mais dez horas com atividades extra-curriculares, o mesmo aluno. Essa é uma organização gigante que a gente também está fazendo com as escolas.

- Manifestações fora do microfone.

NÃO IDENTIFICADA – Tudo é currículo: Tempo, espaço, avaliação e formação. Então, a gente está adequando. Com adesão das 241 escolas, que estamos fazendo agora é adequar que, de fato, o aluno tenha a garantia de ficar as 10 horas em atividades que também fazem parte do currículo, mas que estão fora doas seis horas regulares.

A meta sete: “Promover a melhoria da qualidade da educação ofertada em todos os níveis e modalidades da Educação Básica”.

Queria destacar alguns pontos. O segundo: “Dar publicidade e transparência aos processos e resultados de avaliação da qualidade da educação”. Acredito que o sistema de gestão pedagógico tem essa finalidade, embora ainda não estejamos com ele totalmente implantado.

Outro destaque: “Realizar a Prova São Paulo e a Prova da Cidade, no mínimo, bienalmente”. Isso está superado, por conta de já anunciarmos que não haverá mais Prova São Paulo.

Outro destaque: “Ofertar estudos de recuperação contínua e paralela, quando necessário”. Na rede municipal de ensino, há um professor de recuperação paralela que atende os alunos, que apresentam dificuldades de aprendizagem, fora do horário de aula. Aliás, esse atendimento aos alunos com dificuldades de aprendizagem também faz parte do Programa Mais Educação – MEC.

“Prover de recursos tecnológicos para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas de ensino fundamental e médio”. Temos o professor de Informática Educativa, na rede. Esse é um dos grandes desafios: realmente, prover de equipamentos e recursos tecnológicos digitais. A rede, hoje, pelo menos no Ensino Fundamental, tem um bom aporte. Não é o excelente, o *top*, mas tem um bom aporte de recursos, sim. Especialmente na questão do Sistema de Gestão Pedagógica, a Secretaria de Educação está providenciando a compra de materiais mais modernos, com uma capacidade melhor, para comportar tantas pessoas utilizando esses recursos tecnológicos, por conta do Sistema de Gestão Pedagógica.

Os professores receberam, em 2010, os CEUs primeiro, os *tablets*. Há a perspectiva de ampliar.

P – Hoje, no que se refere à gestão pedagógica, cada professor tem um *tablet* para fazer os lançamentos?

R – Não todos. Os *tablets* estão, primeiro, nos CEUs, nas Emefs. Nas escolas de ensino fundamental dos CEUs,. Chegaram ema algumas outras escolas, mas não temos 100% ainda.

P – Mas os professores que têm os *tablets* têm que fazer os lançamentos?

R – Poderão também, tanto o *tablet*, quanto no computador da escola.

Outra questão que queria levantar na meta sete: “Efetivar o regime de colaboração com os entes federados e desenvolver estratégias intersetoriais nas políticas públicas, visando a garantia de igualdade e acesso, permanência, sucesso na aprendizagem, bem como de

qualidade para toda oferta e educação básica". Quando lemos esse PL, efetivamente sinto falta de algo chamado de rede de proteção. Acho que precisamos colocar, como sugestão, explicitar melhor de que maneira efetivaremos esse regime de colaboração, não só com os entes federados, mas também com toda a comunidade e sociedade civil organizada.

Então, a rede de proteção social é algo que seria importante colocarmos.

A meta 10 também está focada, um pouco, na educação de jovens e adultos: "Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional, nos anos finais de ensino fundamental e no ensino médio". Também há um projeto em andamento.

A meta 10 também: "Oferecer, até 2018, ensino médio integrado a 100% dos jovens e adultos que desejarem uma profissionalização em nível médio", e, aí, entramos na questão do ensino médio na rede municipal, que é a questão de não ampliação.

P – E como ficaria, no caso?

R – São poucos alunos. Só temos oito escolas. Essa é mais uma meta para a rede estadual.

P – Então, ela não deveria estar aí no Plano Municipal.

R – Na verdade, sim. Porque entendo que o Plano Municipal...

- Manifestação fora do microfone – inaudível

R – Penso o seguinte, enquanto representante da Prefeitura de São Paulo, tenho condições de responder quais são as metas que a Prefeitura de São Paulo está desenvolvendo dentro do que está colocado no Plano Municipal. Aí, na questão efetiva do ensino médio, já falamos aqui, que não temos a intenção...

P – Teríamos que trazer o Governo do Estado aqui. Seria isso?

R – Teria. Penso que o Plano Municipal não é um plano para a rede municipal. É um plano para todos que atuam na educação pública, na cidade de São Paulo.

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Então, para a próxima reunião, vamos convidar alguém da Secretaria de Estado da Educação também.

A SRA. FÁTIMA – Como algumas questões, na sequência, falam inclusive da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, vou passar a palavra para a Sra. Sabrina Teixeira, representante da Profa. Joane, para a gente conversar um pouquinho sobre a

questão do Ensino Superior.

Estou à disposição para as questões depois.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Sabrina Teixeira, professora.

A SRA. SABRINA TEIXEIRA – Boa noite. Sou professora da rede de Educação Física. Estou como gestora do CEU Butantã e coordenadora interina da Universidade Aberta. Hoje estou aqui na incumbência de representar a Profa. Joane, para dizer um pouco o panorama da Universidade Aberta do Brasil na cidade de São Paulo. Dentro das metas que a gente coloca hoje, em discussão, duas estão diretamente relacionadas à Universidade Aberta do Brasil: a meta 12, que é contribuir com os Governos Federal e Estadual, para elevar a taxa bruta de matrículas na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade na oferta. Há as metas 13 e 14. Digo mais diretamente à meta 14, que é contribuir com os Governos Federal e Estadual, para elevar gradualmente o número de matrículas na Pós-Graduação *Stricto Sensu*, com vistas à consecução de meta nacional de titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores. A meta 13 também tem uma relação; e a meta 16, que não está nessa relação, diz: Formar, até 2018, 50% dos professores da Educação Básica em nível de pós-graduação *Lato e Stricto Sensu*, e garantir para todos formação continuada em sua área de atuação. A meta 15, que também incluiria aí, que a Universidade Aberta consegue contribuir é garantir, em regime de colaboração com a União e Estado de São Paulo, que, até 2018, todos os professores da Educação Básica da rede municipal de ensino possuam formação específica de nível superior, obtido em curso de Licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Para os senhores entenderem como essas metas estão relacionadas com a Universidade Aberta, eu trouxe uma apresentação, para mostrar um pouco o panorama de como está a Universidade Aberta na nossa Cidade e como ela vem se desdobrando.

O sistema UAB é instituído pelo decreto 5.800, de junho de 2006, e passa, em 2009, (ininteligível) transfere para a CAPS a operacionalização da UAB. O que isso implica?

Antigamente, a gente ouvia muito falar em polos. Polo é um lugar onde a universidade à distância pode oferecer o seu curso. Aí a gente ouvia falar muito em polos, que eram tidos como fantasmas, não estavam funcionando ou não tinham estrutura adequada. Quando a CAPS assume a operacionalização da Universidade Aberta do Brasil, coloca a casa em ordem e faz todo um processo hoje de cadastramento, de verificação dos polos; e ela elimina da sua base de dados todos os polos que tinham pendências ou que não tinham equipamentos apropriados ou que, muitas vezes, não existiam naquele endereço.

Então, isso já dá um salto de qualidade na Universidade Aberta, porque os polos passam a ter um sistema de fiscalização e cadastramento diferente do que havia anteriormente. Vou explicar como ocorreu em São Paulo e como acontece em todos os outros lugares. Quando a gente fala da Universidade Aberta do Brasil, vemos muitos questionamentos no ensino à distância. Temos várias visões sobre ele. Uma delas é que é sempre 100% à distância. Na verdade, qualquer ensino que tenha mais de 25% à distância é considerado ensino à distância. Então, uma formação em licenciatura no sistema UAD pode ter até 60% de presencial, e é considerada à distância pelo percentual de aulas e matérias à distância.

A gente tem alguns dados: Quatorze por cento dos jovens de 18 a 24 anos estão no ensino superior no Brasil. Em compensação, na Argentina, 40% dos jovens, na cidade, estão no ensino superior. Na Bolívia, são 21%; na Europa, 62% e, nos Estados Unidos, 80%. Quer dizer, a gente ainda está longe de atingir a meta de os jovens chegarem ao ensino superior. Setenta e cinco por cento dos alunos que estão no ensino superior estão no privado e não no ensino superior público. A Universidade Aberta do Brasil vem romper com isso, uma vez que, dentro dela, estão universidades públicas. Como o ensino é público, amplia-se a oferta de vagas no ensino público.

Quanto aos jovens de 15 a 16 anos, 50% estão fora do ensino médio. Assim como os senhores, queria um representante do Estado, para a gente conversar e entender o que acontece. Quando os meninos saem da rede municipal, eles não conseguem concluir o ensino

médio.

Quatrocentos mil professores da Educação Básica Pública ainda não têm formação superior adequada conforme a LDB. Quarenta milhões de trabalhadores têm escolaridade inferior a quatro anos; e só 2% dos professores da rede pública urbana usam tecnologia em salas de aula. Como base da universidade aberta e do ensino à distância, visa a se aprimorar o uso da tecnologia, ensinando como ele deve ser usado. Então, o sistema UAB tem esses três objetivos: Ampliar a oferta de Educação Superior Gratuita, institucionalizar o ensino à distância público e de qualidade; e apoiar e difundir inovações metodológicas, tecnológicas e gerenciais. Isso faz toda a diferença. As pessoas ainda confundem muito. Há algumas universidades que fazem um ensino à distância de péssima qualidade, e quando está dentro da UAB, Universidade Aberta do Brasil, só estão universidades federais, que têm todo um processo de qualificação dos cursos, que é diferente de um ensino à distância que não é feito por uma universidade pública e federal.

No Brasil, há 103 instituições públicas de ensino que estão cadastradas na Universidade Aberta do Brasil. São 56 universidades federais, 30 universidades estaduais e 17 institutos federais de Educação. Temos isso dividido por região. Há 658 polos UAB hoje ativos no Brasil. A cidade de São Paulo, nos últimos oito anos, ficou aquém do sistema da Universidade Aberta do Brasil, uma vez que não foi criado nenhum polo nos últimos oito anos.

Aqui há um gráfico da evolução de matrículas. O ensino à distância vem rompendo alguma barreiras e melhorando. Com isso, vem ganhando mais credibilidade. Mais pessoas têm acessado o ensino à distância. As duas maiores que aumentaram o número são licenciatura e especialização. Quando a gente está falando na especialização, especificamente, isso vai diretamente com a meta, quando a gente diz que contribui para que os professores acessem a pós-graduação, e a pós-graduação a gente acesse por meio de uma especialização de mestrado ou doutorado. Dentro da UAD, esse é um dos tipos que mais crescem de matriculados.

Quanto ao mestrado profissional, há todo um cadastro na CAPS. Então, não é muito se liberar o mestrado profissional para as universidades. Elas têm corrido trás para terem mais liberação de mestrados para oferecer. Há um processo. É um pouquinho mais demorado. A gente ainda precisa melhorar nesse quesito.

Aí estão os números de hoje, de quantas pessoas estão no ensino à distância. Há 67 universidades superiores que oferecem licenciatura. São 301 cursos. Isso representa 49% das matrículas. Então, quer dizer, a maioria das pessoas fazem licenciatura à distância, e, logo na sequência, há a especialização. Depois há o bacharelado e aí por diante.

A Universidade Aberta do Brasil em São Paulo: São Paulo teve que passar por essas cinco fases: Primeiro, identificar os locais, e os locais escolhidos foram os CEUs. Por quê? Porque lá tiver que ser feitas pequenas adaptações. Onde havia antigamente o telecentro, havia 30 computadores. Receberam 50, e continuam atendendo à comunidade durante a noite e à noite atende... Aos sábados e domingos, ele atende à Universidade Aberta. Então, foi um investimento pequeno para transformar um laboratório de 30 e 50. Há uma sala de *web* conferência. A gente usa “compartilhado as salas da EMEF”. Vou dar o exemplo da EMEF Sé-Butantã: Ela não tem EJA, mas tem ETEC. Ela tem doze salas. Seis salas são para o ETEC e seis são para o ensino à distância. De sábado, as salas são usadas para o ensino à distância. São salas que, teoricamente, ficavam ociosas nesse período. Agora, elas vão ser usadas para a Universidade Aberta.

Aí estão os instrumentos legais, assinaturas desses documentos, a questão da infraestrutura e a avaliação da CAPS. Ela vem com um avaliador, e ele tem 300 itens para avaliar, desde acessibilidade até luz. Depois que avalia tudo isso, aprova ou não aprova. Pode aprovar, aprovar com pendência ou não aprovar. Todos os polos de São Paulo foram aprovados diretamente e nenhum foi aprovado com pendência. Na verdade, todos os professores das Universidades Federais ficam maravilhados com a estrutura que a gente tem. Às vezes, a gente tem estrutura melhor do que algumas universidades, no que tange à

Educação Física e ao ensino dos esportes e artes. Há universidades que não um teatro com 450 lugares e com qualidade que têm alguns CEUs. Então, as universidades têm ficado bem maravilhadas. Há polos em outras cidades do interior, que, para oferecem a Educação Física, por exemplo, têm que fazer uma parceria com o clube ao lado, porque o polo mesmo não tem estrutura. No nosso caso não. No nosso caso, já há quadra e piscina. A estrutura está lá. É mais fácil. A fase 5 é articulação com as universidades. Vou mostrar todas as universidades que já entraram na UAB de São Paulo.

A foto aqui mostra como ficou o laboratório de informática. Vai ser usada a própria biblioteca do CEU. A diferença é que agora a biblioteca do CEU vai ter que ter uma estante para o ensino superior. Antes só tinha para o ensino Básico. Então, vai ser aumentada mais uma estante. A universidade não é exclusiva para os alunos do ensino superior. Se houver um professor que não estiver matriculado na Universidade Aberta e quiser usar os livros, pode ir lá retirar. Ela funciona como uma biblioteca normal. Esse é o laboratório. Ele foi uma parceria com a Secretaria de Serviços, que forneceu os equipamentos, os computadores. Foi em parceria. Há uma sala para a secretária, que vai fazer as inscrições do polo. Há o teatro. Quanto ao laboratório das EMEFs, quanto ao laboratório de Ciências, se a escola, se o polo for receber Ciências, Física e Química, vai ser equipado pela universidade. Tem universidade que tem equipamento móvel, ele vai e depois volta, mas tem universidade equipa e o equipamento fica para a escola, o que é um ganho também.

Os computadores da tutoria, que tem tutor presencial nos polos, e ai são as universidades que já aderiram ao sistema UAB em São Paulo. Então, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, a Federal do Paraná, do Triangulo Mineiro, a Unesp, a Federal de São João Del Rei, de Ouro Preto, a Unifesp, a UFSCar, a Federal de Juiz de Fora, a Federal Fluminense, Federal de Minas Gerais e a Federal do ABC. Dizem as más línguas que a USP vai oferecer mestrado profissional no ano que vem.

Tem os cursos de Letras e português em quatro polos, matemática também em

quatro polos, ciência e tecnologia em sete polos, enfim, vários cursos. Quando a Fátima falou da importância do ensino para os nossos professores de alfabetização, da formação continuada, para que isso se reverta ao aluno em sala de aula, tem pela a Universidade Aberta curso de letramento e alfabetização, de especialização, quer dizer, quem já fez o seu curso de aperfeiçoamento e quer dar um *upgrade* na carreira então vai ter especialização em letramento e alfabetização também, na Universidade de São João Del Rei. Têm questões étnico-raciais, questões de gênero, artes-visuais.

Há alguns cursos que não são específicos para professor. Os cursos em sua maioria podem vir 100% para o professor, por exemplo, a Unesp vai fornecer a segunda licenciatura em pedagogia 100% para professor. Então, só professores da rede pública ou da rede estadual poderão acessar.

Têm alguns cursos com, por exemplo, 50% de vagas para professor e 50% para demanda social. Por exemplo, o curso de pré-natal, gestão e enfermagem são para a área de saúde e não para a área da educação, mas pensando em outros profissionais.

No total são 33 cursos. Esse número já subiu um pouco porque a gente agora tem a Univesp, que acabou de assinar o contrato, oferecendo ciências naturais e matemática e engenharia.

São 18 polos dentro dos CEUs. A meta da Prefeitura eram 31 polos e já conseguimos alcançar 32 polos sendo que 18 começaram no processo ano passado e este ano já estão com cursos efetivamente. Os outros 14 acabaram de ser aprovados e devem iniciar no começo do ano que vem. Devem fazer agora o processo de seleção, de vestibular e ano que vem devem começar com cursos.

Outra coisa que queria falar é que ele também amplia, dá mais uma possibilidade para os nossos professores da rede de serem alunos e de serem tutores. Há um tutor presencial e um tutor à distância. O professor que preenche os requisitos para ser tutor, que muitas vezes precisa ter só uma especialização naquela área, ou só ser graduado naquela

área, pode concorrer à vaga de tutoria e, aí, recebe uma bolsa por isso, para ser tutor. Se não me engano, são 20 horas presenciais, que variam um pouco de universidade para universidade. Então, estamos dando duas oportunidades: ou de acessar como cursista ou acessar como tutor.

Logo em breve, estaremos encaminhando os mestrados profissionais, que é o mestrado que podemos fazer no trabalho. Ele tem uma característica diferente de horas, de estudo e se pode utilizar a própria prática como processo para o TCC. Também há a possibilidade dos nossos meninos mais jovens, que não têm condições de ingressarem na universidade pública, porque o número de vagas é reduzido. Então, se amplia o número de vagas através da universidade aberta. Então, quem tiver perfil, porque a universidade aberta e o ensino à distância requerem um perfil de pessoas para estudar que tenham uma organização e contato com a tecnologia, poderá se utilizar desse método.

Cabe ressaltar que, hoje, o ensino à distância requer muita leitura e há, também, os trabalhos em grupo, em que se faz necessário se reunir no polo.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Professora Sabrina.

Só queria uma consideração em relação às metas 12, 13, 14, 15 e 16. No caso, o que temos hoje, estaremos de acordo com essas metas? Conseguiremos alcançá-las nos prazos que estão aqui?

A SRA. SABRINA – Hoje, não sei dizer isso. Não me debrucei nos números. Precisaria trazer os números, porque cada universidade oferecem de 35 a 50 vagas. Então, já teríamos que fazer uma conta da projeção de cursos existentes, quantas vagas são para demanda social e para os professores. Por exemplo, a meta 16 está mais voltada para os professores.

Então, acredito que, pegando esses números, de quantas vagas são ofertadas para o ensino público, conseguimos fazer a conta de quantos cursos e de quantas vagas têm que oferecer. A professora Joana, em conjunto com o Prefeito, ainda está em conversa com as universidades que ainda não aderiram. Então, ainda está nesse processo, das universidades conhecerem para ampliarem mais.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Agora ouviremos o plenário. Estabeleceremos três minutos para cada intervenção.

Teremos como meta, terminarmos às 21h essa reunião, no máximo. A primeira inscrita é a Silvana Canônico, coordenadora pedagógica e me assessora também.

A SRA. SILVANA CANÔNICO – Boa noite. Só queria fazer uma lembrança que o Governo veio aqui para nos ajudar a pensar o Plano, é mais um parceiro para ajudar no aprimoramento do Plano. Ele não veio aqui para fazer um acerto de contas. Eu queria deixar isso claro. Tanto a professora Fátima e a Sabrina vieram no sentido de nos ajudar a aprimorar o Plano Municipal de Educação. Esta reunião não é uma reunião de balanço de governo ou de acerto de contas.

(NÃO IDENTIFICADO) – Silvana, uma coisa que nos preocupou nas metas é que não fica claro o ensino à distância. Acho que precisamos pensar nisso e colocar o ensino à distância como uma possibilidade para alcançar as metas.

A SRA. SILVANA CANÔNICO – Como eu não anotei isso, eu vou pedir...

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Nós vamos pedir as notas taquigráficas.

A SRA. SILVANA CANÔNICO – Outra questão é que quando aparece no Plano Municipal o ensino superior, ele não é somente a Universidade Aberta do Brasil. O ensino superior envolve as universidades. Então, a Universidade Aberta atende a uma demanda.

Outra questão é que nós, assessores, convidamos todos os membros que participaram das conferências de educação, ou seja, a Secretaria Estadual de Educação foi convidada para a reunião, assim como a Apoesp.

Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – A próxima inscrita é a Adriana, do CEU Butantã.

A SRA. ADRIANA – Eu sou Adriana, professora de português da rede. Tenho uma militância no movimento negro de mulheres e, no momento, estou na Coordenação do Núcleo de Ação Educacional do CEU Butantã.

Ressalto a importância do alinhamento da cidade de São Paulo ao *Programa Mais Educação* federal. Isso representa, para as unidades educacionais, quatro possibilidades de financiamento que no volume do ano representa em torno de 100 mil reais para cada unidade.

Não vai ser a Secretaria que vai determinar o tipo de ação que a escola vai desenvolver. Sabemos que há uma distância entre a Secretaria e a dinâmica da localidade e que nem todas as crianças e adolescentes que frequentam as unidades têm o mesmo tipo de necessidade da Cidade de maneira que a escola pode ter autonomia para definir quais os tipos de ação que vai desenvolver com as crianças e adolescentes.

Então, a gente sabe hoje que o desenvolvimento educacional de uma criança e adolescente depende também dos espaços de interação e nas possibilidades de ampliação das práticas de letramento que ele tem. Então, se ele tem condições de não apenas ir ao teatro, mas também fazer aula de teatro; de não apenas ir ao museu, mas também construir um memorial no bairro da unidade; isso, significativamente, vai potencializar o desenvolvimento dele na escola.

Isso promove uma transformação do currículo escolar. Por quê? Porque quando pensamos em ampliação do túnel, significa que a aula de capoeira, ela tem tanto valor, quanto a aula de matemática. E sabemos da dificuldade que o sistema educacional tem de pensar em práticas educacionais não formais dentro da unidade educacional. Nesse sentido, o alinhamento da Cidade de São Paulo aos programas mais educação, mais cultura, atleta na escola, ele é um avanço significativo para a rede.

SR. PRESIDENTE(Reis) – Com a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente da Com fé São Paulo do Trabalho e Empreendedorismo, inicialmente, saudar todos os presentes reunidos para debater o futuro da educação na Cidade de São Paulo. Trazemos alguns dados, por exemplo, de menores de seis a 14 anos, no universo da Rede Publica das escolas de São Paulo, 62,3%, dessas crianças e adolescentes estão acima do peso, e 18,9% estão obesos; 5% do universo desses jovens, 12,8% praticam alguma atividade física, sendo que 6%, na rede pública, 6.8%, privadas. Temos uma grande bandeira da confederação, para se construir uma nova sociedade, um novo meio da sustentabilidade, do trabalho, do empreendedorismo é preciso investir em políticas

públicas para formação de um novo cidadão que é criança, bom dia adolescente. Durante o regime militar e governos anteriores não houve investimento das políticas públicas. Coloco como sugestão, se possível, criar mais uma meta, Meta 21, promoção do esporte e da cultura no estado de São Paulo, com o objetivo se assegurar a promoção do ensino e iniciação esportiva que seria a integração de todas as modalidades das crianças de seis até os 13 anos de idade, até 2020, atingir 100% dos munícipes com essa faixa etária de seis a 13 anos, no universo do esporte e da cultura na Cidade de São Paulo. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Com a palavra o Dr. José Adão da MNU.

O SR. JOSÉ ADÃO – Sou do Movimento Negro Unificado, aqui está a Meta 20, que estava na meta 22. Como cheguei hoje, não participei da última, a reunião seguinte vai abordar as demais metas ou a meta 20 encerrara?

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Vai abordar as demais metas. Cada reunião vai ter as metas, de acordo com os eixos que foram estabelecidos.

O SR. JOSÉ ADÃO – Então vou só abordar uma proposta que faz uma relação entre as metas 7, 13 e a 20. Em 2010, na conferência, as propostas abordadas, foram até 800. De 800 em diante, ficou para ser encaminhado aqui para a Câmara Municipal e como há uma nova apreciação da totalidade das contribuições dadas na conferência, então não há condições de, neste momento, vermos o que eram as propostas 839, 858 e 840.

A minha proposta, que se refere às metas 7, 13 e 20, é instituir, na rede municipal, feiras distritais de educação, ciência, tecnologia e desenvolvimento sustentável.

Essa proposta foi construída em 3 ou 4 plenárias. Foi feito o encontro das entidades da população negra e fecharam nas propostas. Uma era a questão das Leis 10639; a outra 11645; o plano da educação étnico-racial e a quarta proposta era essa feira. Pelo que percebi aqui, em várias dessas propostas colocadas, a proposta-síntese dessa feira está colocada.

A proposta original trazia que seria pelo regime de colaboração, no qual haveria uma parceria entre o Município e o Estado visando a melhoria da qualidade da Educação a partir da educação básica, que subentende todo o ensino fundamental como o final do ensino médio.

Então, a questão acerca da exclusão ou não prioridade do ensino médio no Município não significa que o Município não estará colaborando, em seu território, para o aperfeiçoamento da qualidade geral do ensino médio.

Nessa proposta, a feira seria sediada nos CEUs. Pelo que a Sabrina colocou, essas universidades já trabalhando pela EAD, já seria um grande avanço. A proposta também colocava que haveria, pelo regime de colaboração, a probabilidade de investimento em projetos, desde que houvesse possibilidade científica, técnica e econômica, apresentados por estudantes do ensino médio. Essas feiras seriam realizadas anualmente ou a cada dois anos.

O que lamento é que pela má tramitação do PDE, nesta Casa, não teremos condições de abordar.

Entendo que a importância dessas feiras seria a de aumentar, e muito, a fixação do conhecimento da metodologia científica e, sendo distrital, teríamos o desenvolvimento distrital como objetivo da melhoria da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado.

Tem a palavra a Sra. Sheila, do Instituto Paulo Freire.

A SRA. SHEILA – Boa noite a todos.

Basicamente, colocarei duas questões.

Primeira, acho bastante interessante saber da universidade aberta, bastante interessante saber como estão caminhando as ações da Secretaria Municipal de Educação, mas eu reforço a fala da Kesia que o Plano Municipal, o Plano de Educação de São Paulo, ultrapassa o que está sendo feito pela gestão municipal. Ele traz o sonho e quando a gente projeta, a gente sonha, a gente pensa a partir da realidade que tem aonde se quer chegar e constrói a partir daí diretrizes e, quando se fala em qualidade da educação, que qualidade é essa que a gente sonha? Quais são as nossas diretrizes de ação? E daí a gente estabelece metas.

Quando fomos convidados a participar dessa reunião me senti motivada a pegar as contribuições da sociedade civil produzida em 2010 e estudar um pouquinho antes de vir para cá e assim tentar elencar algumas coisas que são importantes, resultantes de toda essa escuta popular que foi feita em 2010. Eu acho importante saber o que a Prefeitura tem feito, o que o estado faz, acho importante, não estou desqualificando, mas eu entendo que na hora que a gente constrói um plano a gente olha para toda essa realidade e pensa aonde quer chegar.

Só para ilustrar destaco três aspectos bastante importantes construídos a partir dessa escuta popular de 2010 entre muitos outros que a gente não pode desconsiderar, fato que vem sendo recorrente e que aconteceu na elaboração dos últimos dois PLs.

Uma das coisas que surge na sistematização dos dados das contribuições da sociedade civil é autonomia das escolas para elaborarem os seus próprios projetos políticos pedagógicos. Isso é fundamental e eles ainda dizem aqui: levando-se em conta a complexidade de cada comunidade educacional, a revisão anual de metas relativas à aprendizagem dos estudantes pelas próprias escolas das diferentes redes de ensino, a participação efetiva das comunidades escolares nesse processo, as especificidades do território em que as escolas se inserem, por exemplo.

Outra coisa importante que veio junto com essas contribuições é garantir espaços permanentes para discussão pública que permitam a avaliação e adequação das políticas educacionais das demandas reais da escola. Precisamos construir instrumentos nesse Plano de Educação da Cidade que os tornem vivos, que criem mecanismos de constante reformulação e reestruturação com participação popular, com discussão.

Um último item, reduzir progressivamente a proporção de estudantes por professores nas escolas de ensino fundamental, documento fala em no máximo 25 alunos por sala. Essas contribuições não podem ficar perdidas. Espero que em algum momento isso seja recuperado e seja considerado. Todas as pessoas que participaram de inúmeras conferências em 2009 e 2010 esperam isso. É um compromisso que a gente precisa que esse governo e a gestão da Câmara Municipal precisam considerar.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Kesia Alves, do Cresci.

A SRA. KESIA ALVES – Boa noite a todos. Quando aceitamos a tarefe de termos os cinco encontros aqui a gente acreditou que íamos fazer um resgate do que foi perdido. Viemos falando há tempos que o projeto de lei que foi apresentado aqui está muito aquém da discussão que fizemos e da deliberação que fizemos na conferência. Gostaríamos de fazer

esse resgate.

Nós, preocupamos bastante com a questão do superado e porque está superado, quando vemos que o nosso produto final, que é o aluno, nosso objetivo está sofrendo lá embaixo por não termos um plano, por não conseguirmos executar e porque a cada momento temos um plano de governo e não plano de estado. A minha preocupação é esta. Nós população não estamos preocupados na mão de quem está o ensino, eu quero que meu filho tenha o ensino e para isso o Estado tem de garantir, seja município ou estado. Não estamos tendo qualidade.

Foi uma deliberação da Conai ampliar o tempo da criança na escola para o ensino integral, mas é visando que esse ensino e toda a sequência de como seria essa inserção dessas horas a mais e não da maneira como está sendo implantado tanto no estado, como o município. A criança está sendo jogada dentro da escola e está ficando dentro da escola, mas não está tendo um currículo realmente. Não estamos conseguindo avançar na questão da qualidade. As metas estão jogadas, sem rumo e precisamos melhorar mais. Se precisar de mais encontros do que esses cinco, mesmo que seja nesse período podemos nos reunir duas vezes por semana. Estamos à disposição. O que não pode acontecer é virmos aqui e ter a sensação de que estamos aqui para ouvir e nem para a prestação de contas.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Kesia, acho que posso fazer perguntas, aquilo que eu não conheço, que eu também tenho dúvida, então, eu perguntei para saber. É complexo isso aqui, não é uma coisa tão simples, não é uma equação matemática que dá um resultado, é bem complexo. Acho que todas as perguntas que puderem ser feitas não podem ser censuradas se não fica difícil trabalharmos. Estamos num projeto de ouvir e de construir, não temos uma proposta finalizada, ninguém aqui tem a verdade, cada um pode ter um fragmento da verdade e a soma desses fragmentos poderá até dar uma grande verdade, mas o que percebo é que não há uma verdade completa aqui. Cada um enxerga de um jeito.

O Plano está explicito, ele está dizendo o que é para fazer, agora, nós vamos

alterá-lo? Precisamos saber. Aqui está dizendo que 50% até ano tal? Isso já foi cumprido? Porque não tem nexo eu estabelecer para o ano de 2014 que já está acabando. Como vou estabelecer metas para 2014? Onde está a lógica disso? Mas, o texto do Plano diz isso, se a gente ler o que está escrito. Precisamos fazer uma pesquisa junto à Secretaria de Educação para ver o que ela fez até hoje. Porque, de repente, estou colocando no Plano uma coisa que já foi superada, que já foi resolvida. E, de repente, estamos deixando de colocar aquilo que tem de ser colocado de fato. Esse é um processo dialético mesmo. Tem de haver perguntas, tirar dúvidas e depois ler todas as Notas que serão produzidas aqui para realmente finalizar uma coisa para que vá realmente ser votada. Eu me recuso a votar isso do jeito que está: a Comissão de Educação colocar isso no plenário para votar. Para mim isso não está finalizado, não está pronto, está inacabado.

Agora, demanda, sim, fazer as perguntas e eu fiz pelo que eu li aqui e pelo que a professora estava falando e vou oficiar a Secretaria de Educação para nos informar o que foi feito até agora. Atingiu quantos por cento? Foram 40%, então faltariam 10? Faltariam cinco, 20, 50%, dentro do que está no plano. Senão vamos aprovar um plano só por aprovar e não é esse o nosso objetivo. Dentro desse processo, as pessoas não precisam ficar assustadas, porque é um processo dialético mesmo. É um processo investigativo, de diálogo mesmo.

Por isso chamamos primeiro um grupo de trabalho e não uma audiência pública. Poderíamos ter chamado uma audiência pública, mas acho que avançaremos mais em um grupo de trabalho. Vamos ouvir todos e questionar o que está no texto, porque o que está nele, não dá respostas – pelo que as pessoas estão falando.

É por isso que perguntei. Acho que posso perguntar. Não sei.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Com a palavra o Sra. Dener(?), do Sinesp.

A SRA. DENER – Boa noite a todos. Tive o mesmo entendimento que as colegas,

por isso peguei todas as anotações passadas para vir para esta reunião.

Toda fala da Fátima está muito mais adequada a um diagnóstico da situação atual no Município de São Paulo. Porque algumas coisas estão sendo realizadas – como a Fátima disse -, os dados de outras precisariam ser melhores complementados. Ela até falou que muitas coisas não tinham dados precisos.

Considerando a fala do Reis, agora, que se comprometeu a falar com a Secretaria Municipal, seria interessante que aprofundasse esse diagnóstico levando-se em conta a realidade de hoje.

A Fátima falou algo que me deixou uma indagação com relação à eliminação da Prova São Paulo. Porque existia uma lei determinando que no nosso Município houvesse a realização da Prova São Paulo. Deixo uma indagação: “Essa lei foi revogada?” Gostaria de ter essa informação.

Penso que deveríamos ter um debate sobre a natureza desse plano. As companheiras falaram que era um plano para o Município de São Paulo. Quando nos debruçamos para construir o plano na cidade de São Paulo, pensava-se sim num plano para a Cidade. A primeira versão apresentada pelo Governo nos deixou dúvidas. Há momentos em que ele é restrito ao Município de São Paulo e em outros não, ele amplia. Em educação superior, por exemplo, não é obrigatoriedade do Município, no entanto, ela está aqui. É num sistema de parceria, mas foi mostrado, ela está sendo implementada.

Por isso penso que deveríamos, nesse espaço, fazer uma discussão sobre isso. Temos de definir se vamos construir um plano restrito ao Município de São Paulo, daí se justifica o que a Fátima fez questão de falar com relação ao ensino médio ou se teria uma ampliação, porque aí demandaria essa meta sim, a participação de outros entes da federação para garantir o ensino médio para os nossos alunos, nossos egressos do ensino fundamental.

Hoje, por exemplo, essa questão surgiu e foi muito aligeirada. Temos de discutir com mais profundidade sobre essa questão, porque se vai ser um plano para a Cidade, temos

de ver como traremos os outros entes. Qual o nível de responsabilidade? Entendeu? Não pode ser assim. Então tal coisa sim, tal coisa não. Nós temos de definir isso. Por isso sugiro que se abra um espaço especificamente para isso.

Reforçando a visão que tive de diagnóstico, porque ao construir um plano para a Cidade, não podemos ficar restritos a programas do Governo Federal. Temos de construir um plano de dez anos para esta Cidade. Então, estratégias que até estão dentro do plano de Governo, mas não podem ser. Mas nós temos o Mais Educação, o Mais isso e o mais aquilo. Só isso não basta. Temos de ampliar o nosso conceito, ampliar as nossas estratégias para ter uma garantia do ensino de dez anos.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito bem. Muito obrigado. Com a palavra a Sra. Soraia, da DRE de Pirituba.

A SRA. SORAIA – Boa noite a todos e todas. Estou muito contente em estar aqui com vocês. Sinto-me bem acolhida nesta Casa, de modo que tenho encontrado essas pessoas em muitos momentos da nossa trajetória, repensando a Educação no nosso Município.

Primeiramente quero me congratular com esse grupo de trabalho, que trouxe essas questões que foram muito pertinentes, embora me ressentisse sim de algumas metas que não estão aqui pautadas. Engrosso o coro do “temos de fazer mais encontros” para poder aprofundar essa discussão de modo a termos mais elementos.

Quero destacar, Vereador Reis, acho que não dá para abrirmos esta mesa, essa conversa ou sair daqui sem considerar o recorde do nosso País nas inscrições do Enem. São nove milhões de alunos que estão se candidatando, neste momento, e participando de um movimento nacional para tentar uma vaga numa universidade federal ou numa faculdade particular com algum benefício do Governo. Isso é ponto fundamental. É um sucesso. Isso mostra que a gente sabe o que está fazendo neste País e está dando certo.

Tenho três filhos, três prestaram vestibular agora em dezembro e, depois, para

quem quiser saber, eu conto o que aconteceu. Enfim, temos de investir muito fortemente na Educação. Ela não é brincadeira, não é pauta para político se eleger e depois nunca mais falar com a comunidade. Concordo com a Késia e aqui com o Creci que está muito fraco das pernas. Estou muito triste com essa greve que estamos vivendo na Cidade por não estar percebendo uma organização melhor dos pais na dimensão da necessidade da Educação neste País.

Educação é um serviço essencial. A Constituição Federal não coloca a questão da Educação nesse prisma, mas vejo que sim. Ela é um serviço essencial. Na cidade de São Paulo, há um mês que algumas crianças não estão sendo alimentadas, não estão sendo cuidadas, não estão sendo protegidas, as mães querem trabalhar. Elas ligam na Diretoria desesperadas, porque estão sendo mandadas embora do serviço, estão sendo coagidas e não têm onde deixar seus filhos. Eles, muitas vezes, ficam de favor na casa de parentes. Deus lá sabe de que forma estão sendo cuidados.

Por isso temos de engrossar o coro, Vereador Reis, o senhor que é um homem que não se nega a esse discurso de responsabilidade. Nessa madrugada até acordei pensando em algo que nem sei se existe, depois o senhor pode esclarecer à gente: tem uma coisa que se chama Lei de Responsabilidade Educacional. Acho que esse projeto deveria estar na Câmara Municipal para que o fosse gestor público se corresponsabilizasse com a necessidade de que aquela criança tem direito à aprendizagem e à Educação e nós aqui, na discussão do plano, não podemos nos eximir da responsabilidade de cobrar a quem deve essa responsabilidade. Porque é um tal de botar os outros para fazer a greve por mim. Não ir na assembleia para votar contra a greve e ficam enrolando, enrolando e enrolando, engrossando o coro e fazendo de conta que não é comigo. E quando vem alguém com vontade política transformadora, bate o martelo na mesa, aí todo mundo fica desesperado, porque está sendo coagido a fazer efetivamente aquilo que deve, porque tem legislação para isso.

Efetivamente, estou muito feliz com que ouvi do ponto de vista das perguntas feitas.

Concordo com o senhor plenamente da necessidade de esclarecer. Estou em serviço na Supervisão Escolar acompanhando a implantação desse plano Mais Educação. Acompanhei a discussão desse plano na cidade de São Paulo e estou muito satisfeita em ver o desejo dos educadores, que estão imbuídos sim, de entender as novas lógicas para colocar isso e promover mais educação com qualidade nas escolas municipais. Estou aqui preocupada com algumas questões. Noutro dia ouvi o Prefeito dando uma entrevista. Eu achei interessante. Ele falou assim – acho que foi na posse dos conselheiros -, é um novo mecanismo que a cidade vai contar para além de qualquer governo, vai haver um conselho permanente para acompanhamento da decisão no programa de Governo. Nele já há metas alcançadas e ultrapassadas, e há metas que não serão agora alcançadas. Por exemplo, não temos como desapropriar terreno para fazer mais creches, atender mais crianças. Se for usar o CEU à noite, para fazer creche, acho que atenderia demanda de alguns pais que querem trabalhar à noite. Esta cidade tem demanda para isso.

Acho que estamos neste movimento e engrossamos o coro de que temos de conversar mais para promovermos o debate para que o Plano não seja apenas para agradar alguns, mas que, de fato, tenha a necessária qualidade social e que efetivamente traga para a cidade mais Educação.

Quando nós discutimos ninguém sonhou, não lembro – e quem lembrar me conte, ficarei feliz – de ter conversado sobre universidade na cidade de São Paulo, como uma estratégia. E hoje vimos na apresentação da Professora Sabrina que nos CEUs da cidade está havendo esse projeto, que é a otimização do recurso público, e com isso eu me congratulo fortemente.

A pauta dos direitos humanos não foi sequer tangenciada, mas há a dimensão de que Educação e Direitos Humanos caminham juntos, precisam estar conjugados na mesma meta.

Efetivamente, não tenho mais contribuição a dar.

Adão, sensacional sua lembrança na questão ético-racial, quanto à educação ambiental, as feiras, a Virada Cultural, Esportiva. Isso é o que nós queremos. O que é currículo?

Currículo é uma escola viva, que tem alegria, que tem projeto pedagógico, que tem dinamismo, que tem entusiasmo, tem vontade de alguém ensinar junto com alguém que está querendo aprender. E juntos, com a comunidade participando, ela pode ver como colaborar.

Hoje meu discurso tem tristeza, desculpem os colegas. Na última assembleia, tomei muita chuva junto com as crianças, mas desejamos que amanhã – se Deus quiser, ele vai querer, sou uma pessoa de fé – a greve vai acabar e vamos voltar a conversar sobre Educação para a cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra Adelson, Sinpeem.

O SR. ADELSON – Boa noite a todos, a todas. Sou da Diretoria do Sinpeem, Sindicato dos Educadores Municipais. Tenho conhecimento, e todos têm, de que a prioridade do Município de São Paulo é com o ensino fundamental. Tenho conhecimento de que gastarmos verba pública em outros níveis só depois de cumprir todas as metas do ensino fundamental. Pergunto então à Sabrina, só essa pergunta para o ensino superior: pago com que verba, com verba da Educação? Deixo claro porque vamos tomar as medidas cabíveis se for com verba da Educação. O futuro dirá, não preciso dizer mais nada.

Com relação à fala da Fátima – e chamo Fátima porque nós já trabalhamos juntos, etc. e tal – tive preocupações porque não dá para eu planejar se não avaliarmos também o dia de hoje. E ela fez alguma já avaliando o dia de hoje, sabendo que é um plano para a cidade e não só para a rede pública.

Na base, há algumas coisas me preocupam. Por exemplo, há uma grita na educação infantil com o pessoal de CEI. O pessoal de CEI, eu não posso projetar para o futuro. Já pensou o pessoal continuar trabalhando seis horas sem um minuto para ir ao banheiro? Sem poder comer um lanche? Sem fazer refeição com o aluno? Essa coisa tem que ser

sanado hoje para que a gente possa projetar não só para as escolas municipais, mas para os convênios, enquanto existirem, também. Cadê o intervalo de CEI hoje? Isso é básico. Isso é de sobrevivência. No fim da gestão passada foi votado também o recesso em férias para o pessoal. Férias e recesso é algo que é direito do trabalhador. Eu sou sindicalista. Desculpe fazer essa outra versão das que foram colocadas aqui. Tanto em convênios, enquanto existirem, como na rede, tem que ter a presença do recesso e das férias. O nosso costume e a nossa cultura sempre levou às férias coletivas e não individualizadas. Se você resolve fazer, como está acontecendo, a previsão que está se fazendo aí de que os recessos o pessoal vai esta colocando (*sic*) em outros, períodos diferentes, com quem fica a criança ou que saída a prefeitura vai resolver e os convênios vai(*sic*) também colocar para salvar essa situação da implantação para o futuro, de melhorias etc. e tal?

E eu me pergunto, eu me coloco mais como o dois e o cinco, eu acho que meta 2 e meta 5 são juntas, eu coloco o seguinte: avaliação externa de quem e de quê? É mais uma vez só avaliação dos profissionais que estão lá? E a avaliação do comportamento e da atitude do ente enquanto(*sic*) aquele provedor para que aconteça o melhor de educação para o município. Então vejam bem: falar em avaliação de que forma? – pergunto eu, então, para colocar, para terminar: o poder público tem responsabilidade de estar estabelecendo (*sic*) as suas metas e também com que condições, não só estar cobrando o profissional que está agindo diretamente lá. Por exemplo, as ações de governo, tem saído aí, a criança não está sem comer, porque não tem aula. Estamos em greve, sim. Por que estamos em greve? Porque avaliando o dia de hoje que pode projetar numa coisa da cidade, porque o governo não tem cumprido com os educadores aquilo que desde a negociação do ano passado... E esse ano – calem-se – não fomos nós que nos retiramos de negociação, como diz. O governo não tem oferecido claramente nada que venha a avançar na negociação, então... A greve nós também queremos que termine, mas você tem que atender parte daquilo. Vamos negociar. O governo não está negociando.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Tuma) – Muito obrigado. O último inscrito é o Sr. Arnaldo, do Aprofem.

O SR. ARNALDO – Boa noite a todos. Eu sou da diretoria executiva da Aprofem. Eu tenho aqui cinco itens, mas vou fazê-los pontualmente e de forma rápida. Um deles é informativo, apenas. É o que foi dito aqui anteriormente sobre a responsabilidade educacional. Essa lei, aliás, esse projeto de lei está em âmbito federal e o pano de fundo dele é punir governantes que se elegem em cima das mazelas de educação; o pano de fundo é esse. Uma outra questão... As outras questões têm a ver com o pronunciamento da Fátima. Um deles é o seguinte: educação integral e em período integral. A junção desse... Esse binômio exige, eventualmente e em grande parte até, uma adequação, uma adaptação da escola. Aquilo que se pretende fazer com o aluno naquele período em que ele ficará a mais na escola. Gostaria de saber se há projetos nessa linha ou se simplesmente naquele espaço, com mais alunos, as atividades com caráter amplo, que não se restringem apenas a conhecimento técnico das disciplinas, mas a outros trabalhos a serem feitos, como na área de música e tal, que poderiam ser trabalhados com os alunos na escola. Se há um trabalho de arquitetura, de adequação para aproveitar melhor recursos, quer dizer, dotar a escola de recursos humanos, ambientais, físicos e materiais.

A outra questão diz respeito às provas. Parece que todas elas estão voltadas para o nacional, isto é, a perspectiva, o plano de fundo é o nacional. E a especificidade de São Paulo, como fica com esse panorama? Já que o plano tem de ter necessariamente características próprias do Município.

Outra questão diz respeito aos materiais. Pelo que ouvi, já estão sendo comprados ou já foram comprados para as escolas. O que observamos, ao longo de anos, são compras feitas sem que a escola seja consultada. Aí tem material que até é perigoso para a criança, conforme a idade dela. Gostaria de saber se as escolas são consultadas ou se elas têm essa autonomia – elas deveriam ter – para indicar o que necessitam.

A outra é mais um apelo, porque não faz parte dessas metas. Acredito que encontre indicações a respeito do que vou falar. O anexo, que deve ter acompanhado este plano, quando chegou a esta Casa, diz respeito à violência nas escolas. Sou professor da rede, ainda tenho meu cargo, visito escolas, vejo coisas absurdas e também ouço de outras escolas. Ao lado dessa formação técnica, do conhecimento, o plano deveria também se preocupar com a formação moral e humana do aluno. Não adianta ele descobrir uma fórmula que salve as pessoas do câncer se ele está matando outro na sala de aula. A perspectiva de encarar a convivência, as relações humanas, também deveria estar muito forte no plano.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Sr. Arnaldo. Vamos passar a palavra aos componentes da Mesa para suas considerações.

Com a palavra, a Sra. Profa. Fátima, depois a Sra. Profa. Sabrina e o Vereador Toninho Vespoli.

A SRA. FÁTIMA – Como a gente tem bem pouco tempo, quero apenas ressaltar três aspectos que na discussão fica claro para nós que participamos desse momento e para os próximos encontros, inclusive deste grupo.

Primeiro. Participei ativamente também das discussões em 2010 do Plano Municipal de Educação. Fiz parte de grupos de trabalho. Quando a menina do Instituto Paulo Freire falou que veio com alguns dos elementos fundamentais que foram discutidos lá e que a gente não se sentiu contemplado neste plano. Este é o principal momento de estudo. Realmente, temos de pegar aquela discussão feita e, de fato, Reis e Vespoli, quando a gente olha, quem participou em 2010 vê, efetivamente, o reducionismo que foi feito da discussão.

Na verdade, como a gente participou, a disputa foi árdua, foi grande, mas de extrema qualidade. Os debates foram de altíssima qualidade. A produção e a elaboração também. Portanto, quando a gente vê o plano, da forma como ele está tão objetivo, ele está tão objetivo que foca situações muito pontuais e com o tempo – é assim, começo, meio e fim – acredito que o Plano precisa, como contribuição, pensar em coisas um pouco mais

abrangentes, mais gerais, que perpassem o tempo. Não dá para ficar pontuando assim.

A minha participação aqui hoje realmente foi para trazer um diagnóstico. O convite foi feito para isso, para que a gente dissesse efetivamente o que a Secretaria Municipal de Educação tem feito para que se balize um pouco a discussão de vocês no sentido de falar: "Espera aí, tem alguma coisa que a gente precisa aprofundar na discussão do Plano. Olha o que eles estão pensando sobre educação integral em tempo integral. Nós só estamos pensando em tempo integral ou então o que está passando."

Outra questão que vocês poderiam levantar e que foi levantada pelo Sr. Arnaldo. Simões, terminou a prova São Paulo? A Benê perguntou: "Mas, o senhor revogou a lei?" Então, é importante esse diagnóstico, inclusive a rede estadual deveria estar aqui também. Reitero, Silvana, para insistir no convite Apeoesp, porque esse diagnóstico também baliza a discussão do grupo.

E, por fim, o Plano é para a Cidade. Vários pontos dizem respeito especialmente ao Município, mas na maioria deles o Plano coloca o Município em parceria ou o Município contribui também com os entes federados. Então, pensar a Cidade, pensar o Plano para a Cidade não só com os entes federados, mas com toda a sociedade, com os sindicatos, com os movimentos organizados, com os institutos.

Então, queria parabenizar a iniciativa desse debate. De fato, Reis e Vespoli, você mesmo falou, eu não quero votar isso, eu acho que nós que participamos em 2010, também não queremos que isso seja aprovado dessa maneira. Acho que exige um aprofundamento em cada uma dessas questões para que ele não fique tão demarcado no tempo, até a alfabetização. O que eu entendo de alfabetização? Gostaria que estivesse escrito aqui o que é alfabetização para nós. O que garante que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito, nove anos, enfim, ao final do ciclo de alfabetização?

A gente está precisando mesmo retomar 2010 em algumas questões. E é óbvio que no que puderem contar com a nossa contribuição, não só como participantes de 2010, mas

agora também enquanto membros, participando do Governo do Município de São Paulo, nós estaremos à disposição.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Agradeço à Professora Fátima.

Tem a palavra a Professora Sabrina Teixeira.

A SRA. SABRINA TEIXEIRA – Eu também estava lá no começo do Plano Municipal de Educação. É uma pena que só vim falar do ensino superior.

A SRA._____ - Que coincidência, não é Sabrina?

A SRA. SABRINA TEIXEIRA – Eu teria também muitas coisas a acrescentar e uma delas que a gente passou aqui e acho que precisaria estar aí é quando a gente fala da rede de proteção das relações intersetoriais. Havia uma parte no Plano que delineava essa questão mais claramente, de como seria a questão de ter um polo que atendesse os alunos nos aspectos da saúde, enfim.

Então, é interessante resgatarmos isso. No eixo da Conae, que eu pude participar este ano e vale como contribuição para todos nós está muito claro frisar que o ensino público a distancia - EAD e universidade aberta do Brasil – deveria ser valorizado. Isso precisa estar claro para não nos enveredarmos para cursos talvez não de tanta qualidade como os nossos professores merecem.

Respondendo à Benê e ao Adelson, existe agora uma lei, que foi instituída para a universidade aberta do Brasil. Ela faz parte agora da política de ensino da Cidade. Trata-se de um regime de colaboração entre os entes federados. Então, a verba é do FNDE e as instituições são federais. Então, existe uma verba que vai para a instituição para investir nesse aluno. Existe uma verba que vem para o polo. Em regime de colaboração, a Prefeitura cedeu o espaço e precisamos deixar isso claro também no Plano, porque os programas Mais Educação, Mais Cultura, Atleta na Escola possuem verbas que, como a Adriana citou, podem trazer até quase cem mil reais para as escolas no ano. Quanto ao programa Mais Cultura, por exemplo,

se estivermos discutindo a questão racial na escola, a escola poderá contratar o pessoal do Afro Base para dar formação aos meus professores, para fazer atividades com os meus alunos dentro do turno.

Então, ficamos fora dessas verbas por conta de uma discussão política. Se no Plano Municipal estiver claro que é importante para a Cidade o regime de colaboração entre os entes federados, não ficaremos à mercê de quem estiver ou não no poder. Não sabíamos que essas verbas existiam quando éramos professoras – eu e a Adri temos conversado muito sobre isso – eu sei disso hoje porque estou numa posição diferente na educação. Mas, como professora, não sabia que elas existiam e que eu podia acessá-las; quanto de dinheiro era revertido para a escola; e o quão interessante seria pensar não no contra turno, pelo qual a gente briga, porque não é contra o turno e sim expansão do turno com qualidade.

Agora haverá um professor que será articulador disso, ajudará a orientar a nova portaria que saiu e as aulas no turno expandido. Só que isso só está podendo ser feito com verba federal, porque depois que o nosso Município sofreu com toda a história do IPTU – e boa parte da nossa verba vem do IPTU – e com todas as coisas que ele vem sofrendo fica difícil lidar com uma verba que seja somente nossa. A Cidade é muito grande. Então, tem programas federais que ajudam na escola. Ela não pode ficar alienada quanto a isso. O regime de colaboração, independente de Governo, é um regime de colaboração entre os entes federados. Ele tem de estar claro. Isso está posto na Conae.

Era isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Professor Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – A ideia nossa é que esses espaços, os GTs, sejam um espaço de diálogo. Deixamos isso muito claro em reunião anterior principalmente entre as organizações que ajudaram na discussão das conferências.

Ao mesmo tempo também partimos de diagnóstico para saber um pouco – aí é

papel do Governo, um pouco para a gente também mapear os nossos sonhos, como a companheira falou, mas os nossos sonhos partem de um patamar que estamos. Essa foi a ideia, a de trazer o Governo para falar sobre essas questões iniciais, mas sem deixar de levar em conta o resultado das conferências.

A companheira até cita novamente que estudou as questões. Eu também fiz a lição de casa com a assessoria e peguei as coisas que saíram na conferência. Acabei listando para fazer um comparativo do que saiu na conferência e do que está no texto hoje do PL.

Como Relator, queria escutar sobre o que saiu na conferência e das coisas. O que são ou não relevantes. Quais as questões mais relevantes dos professores e das pessoas da área da educação? Esse era o intuito disso. Vou ser até sincero, falta um pouco disso. Algumas pessoas fizeram isso, mas a grande maioria não. Não que estejamos prejudicados, pois está ocorrendo o debate. Estamos encontrando a dinâmica da nossa relação entre o Legislativo, o Executivo e a sociedade. Com o processo de dialogo vamos entrando nos trilhos e vamos acabar muito bem. Tenho essa impressão. Quanto ao que a Benê falou, para mim é primordial, temos de saber um pouco, delimitar, um pouco do que estamos e quem são esses agentes e suas responsabilidades. Não entramos no debate, mais propriamente dito, mas acredito que da mesa aqui, do presidente, do relator, o plano é para de São Paulo, é um plano de estado porque atravessa mais o governo, e também, é de responsabilidade de todos os entes federativos e também do setor privado. É um plano do Município. Esse é o entendimento da mesa. Foram convidados outros entes federativos, podemos o máximo convida-los, só não podemos trazê-los aqui, para discutir, o convite foi feito, mas acredito que esse é o intuito. Da parte da relatoria esse que é o intuito de escutar um pouco as questões mais relevantes e que vamos ter bastante sintonia ou escuta a essas questões que são colocadas pela sociedade civil, levando em conta o diagnostico do governo.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. Nobre Vereador Toninho Vespoli. Então fica convocado para próxima segunda, 9 de junho.

A SRA._____ - Apenas fazer uma observação, em cima disso que do que foi dito por você falou que também considera ser um plano para cidade, da importância de discutirmos, enfim. Hoje discutiríamos também educação profissional, e quando pensamos em educação profissional, tive uma experiência na CONAE – Conferência Estadual, onde a pessoa que foi falar, representando como palestrante no grupo de trabalho que tratava de educação profissional, colocava, aprendizagem de informática para a indústria, inglês para ler manuais e o terceiro item era obediência no trabalho. É o perfil. É óbvio que várias pessoas se manifestaram contrariamente. O é o perfil de educação profissional que aqui no Plano Municipal de Educação da Cidade de São Paulo, precisamos discutir que educação profissional se quer para a cidade e deixar essas diretrizes muito bem descritas para que todos que trabalham com a educação profissional na cidade, saibam para onde queremos caminhar. É o momento, muito delicado que não podemos, os diagnósticos são importantes, mas eles talvez, não precisassem serem feitos desta forma, talvez pudéssemos trazer os diagnósticos no momento anterior e ai partir para as discussões a partir das contribuições. Se precisar fazer mais um dia de reunião, acredito que vale, mas que de fato possamos, nos debruçar de novo sobre essas questões que estavam pensadas hoje e que infelizmente não foram de forma alguma esgotadas.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Educação profissional ficou prejudicada. Depois que terminar esse calendário nosso, vamos ver o que ficou pendente, o que ficou para trás e podemos convocar mais duas ou três reuniões para não perder o foco da discussão. É muita coisa a ser analisado e o tempo é curto. Como nós, primeiro fazer essas reuniões, para depois ter já um acumulo, uma coisa mais elaborada para apresentar em plenário, ai continuar o debate. Não queremos findar o debate só nessas reuniões, quando entrar o período das plenárias, como foi proposto na reunião passada, de ter plenárias regionais, fazer plenárias nos territórios para que os educadores possam participar: zonas, Sul, Leste, Oeste, Norte, Centro, retomar isso. será tudo retomado. Talvez, depois do recesso, vamos ter de trabalhar, acelerar

um pouco mais, mas provavelmente, vamos ter de ter “ns” audiências nas regiões para ouvir.

A próxima reunião está marcada para o dia 12 de junho, para tratar da Educação Infantil e Ensino Profissionalizante.

O SR._____ **-** Na verdade acabou adiantando hoje, na verdade, por conta do ensino superior. Talvez tenha sido uma falha nossa. Como nós nos orientamos pelos tópicos até no documento da conferência, lá tinha um item que era educação á distância que estava separado ensino superior. Talvez tenha sido um erro nosso, que acabou antecipando com esse debate do ensino superior a educação á distância. Minha proposta chamar, não sei se a Silvana concorda, até porque o ponto da Educação Infantil talvez seja o mais extenso que temos para debater, deixar exclusivamente a educação infantil para semana que vem, se as pessoas tiverem considerações sob o ensino profissionalizante que não puderem expor hoje, nada impediria de trazer expor.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tudo bem. Vamos deixar só tema educação infantil e remarcamos, após encerrar esse circulo, uma nova reunião só para discutir a Educação Profissional.

A SRA._____ **-** Gostaria de fazer um convite. Sexta feira, 30 de maio, completam 10 anos do CCEI – Centro de Cultura, Educação Indígena. Temos três na cidade, e no dia 30 de maio na aldeia Guarani, Jaraguá, a partir das 10h.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado a todos. Estão encerrados nossos trabalhos.